

Mais faxina no Ibama

Categories : [Reportagens](#)

A Polícia Federal articulou com a presidência do Ibama, em Brasília, mais uma operação para desmontar quadrilha que comercializava madeira de origem ilegal na Amazônia. Desta vez o palco foi Rondônia e o destino era a Bolívia, que recebia madeira retirada de unidades de conservação e das terras indígenas Lages e Ribeirão, no oeste do estado. No final da tarde desta quinta-feira, a PF informou que conseguiu cumprir 62 mandados de busca e apreensão e nove mandados de prisão: três contra madeireiros e outros seis contra funcionários do Ibama, sendo cinco servidores de carreira e um ocupante de cargo comissionado.

Segundo Osvaldo Pittaluga, superintendente do órgão no estado, os crimes eram facilitados pelo escritório regional em Guajará-Mirim, localizado na fronteira com a Bolívia, onde funcionários liberavam o transporte de madeira em tábuas declarando que elas estavam beneficiadas – modalidade que, segundo ele, não exige documentações como as extintas Autorizações para Transporte de Produtos Florestais (ATPFs), [hoje substituídas pelo Documento de Origem Florestal \(DOF\)](#). A polícia estima que o esquema tenha movimentado pelo menos 20 mil metros cúbicos de madeira. Apontada por liderar as fraudes, a chefe do escritório de Guajará-Mirim, Claudia Nunes Pires Sanches, foi presa e exonerada do cargo. Segundo nota do Ministério do Meio Ambiente, os funcionários envolvidos também acobertavam empresas fantasmas e negociavam com os madeireiros créditos de planos de manejo.

De acordo com um servidor da diretoria de fiscalização do Ibama de Brasília que não quis se identificar, esse esquema tinha ligação com a quadrilha desarticulada na [Operação Novo Empate, deflagrada em julho, no Acre](#). Segundo ele, ATPFs vindas do Acre eram “esquentadas” no escritório de Guajará-Mirim. Durante as investigações, papéis emitidos em Belém foram encontrados em Rondônia.

Segundo Pittaluga, há três meses dois funcionários presos nesta Operação Passagem já haviam sido detidos por uma outra investida de fiscalização do próprio Ibama. “Eles ficaram presos por cinco dias e depois foram soltos. Como temos que aguardar a conclusão dos processos administrativos contra eles, esses funcionários puderam voltar ao trabalho normalmente”, explica o superintendente. Ele admite ser difícil saber exatamente de que unidades de conservação a madeira era retirada porque praticamente 90% da área do município de Guajará-Mirim são formados por áreas protegidas.

Embora na manhã desta quinta-feira Pittaluga tenha sido pego de surpresa pela aparição repentina de Marcus Barros, presidente do Ibama, em Porto Velho, ele diz já esperava providências de levantamentos iniciados em 2005 e entregues à Polícia Federal. Segundo a PF, o relatório de uma auditoria apontava irregularidades e crimes cometidos por funcionários do Ibama e por pelo menos 11 madeireiros do município de Nova Mamoré, vizinho a Guajará-Mirim, também

na fronteira. Por causa disso, o autor dessa auditoria, também servidor do instituto, começou a sofrer ameaças de morte. De acordo com a polícia, apenas em junho de 2006 foi possível confirmar as suspeitas levantadas no relatório através de escutas telefônicas.

Por causa de um feriado na cidade, o escritório de Guajará-Mirim estará fechado nesta sexta-feira. Mas Pittaluga informou que já na segunda, dia 11 de dezembro, um analista ambiental lotado em Porto Velho vai assumir a chefia da unidade.

** Colaborou Gustavo Faleiros.*